

DO LIVRE MERCADO AO MERCADO LIVRE: a trajetória do liberalismo ao neoliberalismo.

Damião de Lima

Não se pode datar o nascedouro do novo sistema político, econômico e social, que originou-se em substituição ao modelo do medievo. São muitas as teorias e muitas as denominações desse novo fenômeno que pautou e pauta a vida das diversas sociedades e países do mundo.

No entanto, para efeito didático, irei considerar como marco desse fenômeno alguns fatos históricos que considero extremamente relevantes, são eles: a Formação dos Estados Nacionais, as Grandes Navegações e o modelo de organização econômica, denominado por Fernando Novaes, de Antigo Sistema Colonial.

Esses fatores foram fundamentais para o surgimento do novo modelo de desenvolvimento. Foram eles os precursores de toda a organização das nações, na forma que conhecemos na atualidade, de todo o processo conhecido atualmente como globalização e de toda a organização do sistema econômico baseado exclusivamente na produção de mercadorias e no lucro. Sem esses elementos não teríamos os estados-nação, o mercado mundial e o próprio sistema capitalista.

Como todo modo de produzir e distribuir a produção requer uma organização política e suas correspondentes relações sociais, o antigo sistema colonial teve como teoria econômica o mercantilismo.

O sistema mercantilista tinha como elemento basilar a forte intervenção do estado na economia. Todo o sistema dependia dessa intervenção estatal. Esse sistema, ao mesmo tempo em que avançava, fortalecia as monarquias absolutistas e colocava em choque essas monarquias com as camadas de comerciantes reinóis e coloniais que se organizavam nos burgos metropolitanos e coloniais.

À medida que o sistema organizava-se, o papel das monarquias foi perdendo sentido e na proporção inversa a iniciativa privada ganhava força. Esse embate ganhou dimensão continental com o fortalecimento da burguesia inglesa e com o advento da Revolução Inglesa.

A revolução inglesa alçou uma nova camada social ao poder e instituiu o sistema parlamentarista, diminuindo sensivelmente o poder da monarquia. Esse movimento é considerado como o “canto do cisne” do absolutismo e o início de uma nova fase do sistema capitalista.

Aliado ao ideário da reforma protestante, essa nova configuração política na Inglaterra é apontada como a pedra fundamental para a primeira revolução industrial, bem como, para nova teoria econômica, correspondente ao novo momento político e econômico vivenciado pelo sistema capitalista; a teoria liberal, também conhecida como liberalismo econômico.

Surgindo na crise do modelo de desenvolvimento mercantil, onde a intervenção do estado na economia era levada ao extremo, a teoria econômica liberal apareceu como a panacéia do capitalismo. Durante aproximadamente 200 anos essa teoria foi robustecida pelo arcabouço político e social que reforçava a sua origem econômica.

Fator importante a montante e a jusante na primeira revolução industrial, o pensamento liberal desenraizou-se da Inglaterra, de onde se originou a partir do livro de Adam Smith e ganhou, literalmente, o mundo.

Foram os impactos e os exemplos da Primeira Revolução industrial e do liberalismo, os grandes responsáveis pela mundialização do mercado e da tão propalada livre iniciativa.

A defesa do livre mercado e da não intervenção do Estado na economia, quanto menos intervenção mais progresso, passou a ser o óbvio ululante. Só “asnos” não compreendiam e não defendiam a divisão internacional do trabalho pautado nas vocações de regiões e países, na livre concorrência, no equilíbrio econômico patrocinado pela “mão invisível” do mercado e retirada do estado da economia.

Foi acreditando nesse postulado e na justeza de suas premissas que as forças sociais e políticas no mundo inteiro passaram a se mobilizar visando à construção de nações livres e tão desenvolvidas quanto à Inglaterra.

Assim, surgiram em todos os continentes novos países, todos seguindo, à sua maneira e dentro de suas possibilidades, o ideário liberal.

Na Europa podemos apresentar como modelos clássicos o surgimento da Alemanha e da Itália. Cito esses exemplos porque serão justamente esses países, naquele continente, os mais atingidos pela ideologia que os fez surgir. Neles percebeu-se, muito cedo, o quanto a livre concorrência e a não intervenção estatal inglesa e de seus aliados tornara-se não apenas quimérica, mas, totalmente avessa ao ideário pregado pelos liberais.

A ponta do iceberg que expôs as fragilidades da teoria liberal apareceu no momento em que o mundo experimentou os primeiros resultados da segunda revolução industrial.

Ao sentir abalada a sua hegemonia, os ingleses, tiraram as máscaras e partiram para uma política totalmente contrária a toda a sua pregação. Foi a agressividade inglesa e a sua negativa em aceitar a livre concorrência, o principal elemento motivador da I grande guerra mundial.

Assim como, foi a intervenção do estado inglês o principal responsável por transformar a economia da Índia. Após a criação do protetorado a Índia que sempre teve uma balança comercial superavitária exportando tecidos, sofre uma reorganização econômica e passa de exportador a importador de tecidos, no caso tecidos de qualidade inferior produzido na Inglaterra.

Não satisfeitos com esse nível de intervenção, os ingleses ainda obrigam os indianos a mudar toda a orientação agrícola passando a ocupar os campos indianos com a plantação de um produto primário, o chá, que tinha os ingleses como principal consumidores. Dessa forma a economia indiana, em pouco tempo, perde a pujança que tinha e torna-se totalmente dependente

da economia inglesa, como acontecia com todos os países semi-coloniais que se relacionavam com a Inglaterra.

Como facilmente pode ser atestado, desde o seu nascedouro, as premissas liberais apregoadas pelos ingleses não passam de uma grande farsa. Na verdade, a livre concorrência, o sistema vocacional de organização do mercado e, principalmente, a não intervenção do estado, nunca foi posta em prática pelos idealizadores e propagadores do liberalismo. Se observarmos a situação da Inglaterra, quando da difusão do liberalismo como teoria econômica, percebe-se, claramente, que a defesa da não intervenção do estado na economia e a regulação desta pela “mão invisível” do mercado eram “para inglês ver”.

A defesa dessa política se dava no momento em que a Inglaterra detinha contratos de nação mais favorecida com diversas nações espalhadas pelo mundo. A existência desses contratos, aliado ao quase total controle do mercado mundial pelas embarcações inglesas, são prova incontestada de que o liberalismo, baseado na famosa expressão liberal "*laissez faire, laissez aller, laissez passer*", que significa literalmente "deixai fazer, deixai ir, deixai passar", ou seja, na livre iniciativa controlada apenas pela lei da oferta e da procura, tendo como regulador tão somente o mercado, era muito mais retórica que prática efetiva.

No entanto, através da força política, econômica e naval dos ingleses, aliado aos acordos com as camadas sociais crioulas o liberalismo ganha espaço e passa a ser o grande referencial econômico, político e social sendo responsável, dessa maneira, pela organização econômica e política de velhas e de novas nações.

No campo econômico organiza-se o mercado mundial baseado no sistema vocacional e na divisão internacional do trabalho e da produção, e, no campo político, surgem, nesse momento, as democracias liberais. Esse quadro perdura até o advento da segunda revolução industrial e de suas conseqüências mais imediatas.

A descentralização ocorrida na II revolução industrial com a participação de outros países, a reorganização da economia mundial e a disputa ferrenha por mercados culminaram com três grandes momentos na história do capitalismo, bem como na história da humanidade, quais sejam; I grande Guerra, a crise econômica de 1929 e a II Guerra Mundial.

Esses fatores foram responsáveis pela derrocada do liberalismo como modelo de organização para o sistema capitalista. Destarte, inaugura-se uma nova fase para o capitalismo e abre-se uma nova página na história da humanidade.

A I guerra e seus problemas não resolvidos e a instabilidade econômica mundial dos anos 20 que culminou com a maior crise econômica da história do capitalismo mudaram, definitivamente, a lógica política e econômica vigente. Nesse cenário de incertezas todo o postulado liberal foi questionado e, posteriormente, abandonado. Questionou-se desde a organização econômica a partir do mercado até a forma de organização política, apregoada pelo postulado liberal, no caso,, as democracias liberais.

Os anos 30 foram de incertezas para os países que continuaram seguindo o abecedário liberal e de forte crescimento nos países que romperam com esse receituário e optaram pela forte intervenção estatal na política e na economia. O grande destaque em termos de crescimento econômico nesse período ficou por conta da URSS e da Alemanha.

Na URSS se justifica o crescimento pela opção anterior, feita por Stalin, de desenvolver o socialismo em um só país e só depois expandir. Ao fazer essa opção a URSS diminuiu, sensivelmente, suas relações comerciais com os países capitalistas o que a livrou da crise dos anos 20, bem como, dos desdobramentos da quebra de bolsa de valores de Nova York em 1929. Dessa forma, ao contrário da imensa maioria dos países que mergulharam em profunda crise no início dos anos 30, a URSS não sofreu nenhum abalo e ainda manteve taxas de crescimento extremamente elevadas durante esse período.

Já na Alemanha, o processo foi inverso, a sua dependência em relação à economia americana era muito grande. Desde o fim da primeira guerra mundial e do tratado de Versalhes que a Alemanha mantinha seus compromissos através de empréstimos dos EUA.

Com a crise que se abateu sobre o seu principal credor a Alemanha viu sua frágil economia desmoronar. Comparados os dados da economia alemã de 1929 e 1932 o quadro era o seguinte: a produção industrial diminuíra em 48%; o PNB caíra de 89 para 57 bilhões de Reichmarks; as importações e exportações foram reduzidas a menos da metade e o mais grave; o desemprego subira de 1,4 para 5,6 milhões de pessoas.

Esse cenário aterrador agravou-se com a crise política, sem precedentes, vivenciada internamente. A ausência de projetos políticos consistentes e capazes de tirar o país da crise e a luta fratricida entre as forças de esquerda, ou seja, o partido comunista alemão e o partido social democrata, propiciou o fortalecimento e a ascensão do Partido Nacional Socialista dos trabalhadores Alemães, ou mais popularmente, o Partido Nazista.

Baseados na mais radical intervenção estatal em todos os aspectos da vida alemã, o Nazismo reorganizou a economia e construiu, em pouco tempo, uma estrutura de guerra nunca antes imaginada. Agora, a Alemanha não queria mais disputar o mercado mundial, o projeto de Hitler era subjugar os concorrentes, controlar as fontes de matéria prima, ocupar todos os mercados e dominar o mundo. Essa megalomania nazista acaba por transformar a Alemanha em inimigo comum a quase todas as nações.

A derrota da máquina de guerra alemã só foi possível após a aliança que envolveu as principais forças políticas do ocidente, EUA, Inglaterra e França, e a outra nação que crescera e se fortalecera nos anos 30, a URSS. Na verdade, sem a URSS seria impossível a derrota alemã. Se tivéssemos que elencar as grandes injustiças na história, com certeza o pouco destaque atribuído ao papel da URSS no fim da segunda guerra mundial seria uma dessas injustiças, se não a maior delas. Só a título de exemplo: foram ceifadas as vidas de 6 milhões de judeus durante o que se convencionou chamar de holocausto, na URSS morreram 20 milhões de pessoas, na

URSS ocorreu a mais completa e arrasadora destruição do país, só comparável a destruição alemã no final da guerra.

Outro “esquecimento” histórico, no ocidente, é que foi o exército vermelho soviético que, após expulsar as forças invasoras alemãs do seu país, marchou em direção ao ocidente libertando todos os países por onde passava e chegando primeiro ao bunker de Hitler, levando o grande ditador ao suicídio.

A derrota da Alemanha, a aliança entre capitalistas e comunistas, mesmo que momentânea, e receio de que uma nova crise nas dimensões da crise de 1929 levou o mundo a repensar a política até então implementada. Corroborando com esses fatores, tivemos o início da guerra fria e a possibilidade real de expansão do socialismo. Essa junção de elementos “sepultou”, ao menos momentaneamente, qualquer possibilidade de retorno à política liberal e inaugurou uma nova fase do sistema capitalista.

Nessa nova etapa do capitalismo ocorreu um redirecionamento na ação estatal. Pela primeira vez, na história do capitalismo, o Estado passará a assumir papéis cada vez mais importantes no campo político, econômico e social. Na verdade, a mudança de direção ocorrerá, efetivamente, apenas no campo social. No campo político e econômico o que irá ocorrer será a explicitação das ações que o estado sempre tomara.

Como vimos anteriormente, a ação intervencionista do estado sempre ocorreu, o estado nunca se furtou a batalha e sempre esteve presente para defender os interesses políticos e econômicos de quem detêm o controle sobre ele. Sobre esse papel intervencionista do estado liberal temos centenas de exemplos. Vejamos o caso brasileiro; no Brasil, em plena República Velha, são firmados dois acordos políticos entre as oligarquias no poder que garante a *pax* política e o equilíbrio econômico. Esses e outros exemplos reforçam o antiliberalismo do estado quando estavam em jogo os interesses das classes que detinham o poder.

A grande modificação do pós-guerra será, justamente, na orientação social que o estado passa a assumir. O receio da crise e a real possibilidade de revolta dos trabalhadores e de transformação revolucionária da sociedade levaram os políticos que assumiram o poder no pós-guerra a se preocuparem mais com a questão social. Em virtude dessa preocupação e da organização da classe trabalhadora, tendo a URSS e os países do leste europeu como exemplo, foram implementadas diversas medidas de cunho social, patrocinadas pelo estado, em diversos países capitalistas.

Dessa forma, o estado passa a intervir, também, no campo social e surge o que se convencionou chamar de *welfare state*, ou estado de bem estar social. Claro que o nível de intervenção e de atendimento das demandas sociais dependia, essencialmente, do risco que o sistema capitalista corria o que, em última instância, dependia do grau de organização e pressão da classe trabalhadora desses países.

Sem a forte repressão estatal ocorrem avanços no nível de organização dos movimentos sociais, bem como, nos ganhos políticos, econômicos e sociais para as camadas médias e populares. Destarte, as décadas de 50 e 60 do século passado são conhecidas como os “anos dourados” do capitalismo, com essa forte intervenção do estado no campo social.

Toda essa política era lastreada por uma forte submissão política e econômica dos diversos países capitalistas, aos EUA. Baseado no poderio econômico e militar e na ideologia da guerra fria, os EUA conseguem impor o seu modelo de desenvolvimento e o seu padrão de vida para quase todos os países do mundo, exceção, apenas, aos países que estavam sobre domínio da outra potência que ressurgiu dos escombros da II guerra, a URSS.

O início dos anos 70 será o marco nessa mudança de orientação. Ou seja, nos anos 70 têm início à crise que levará ao desmantelamento do estado de bem estar social e que levará à retomada das políticas liberais, dessa feita com a denominação de neoliberalismo.

O quadro de crise tem início quando países que haviam sido “destruídos” pela guerra conseguem reerguer suas economias e voltam a competir no mercado mundial. Esse é caso típico de países da Europa como a Inglaterra, França e, principalmente, Alemanha. Essa retomada econômica européia põe em cheque a hegemonia norte americana.

A reação dos EUA é imediata e, em agosto de 1971, o governo dos Estados Unidos (Richard Nixon) decidiu, unilateralmente, desvincular o dólar do padrão ouro e realizar a primeira desvalorização da sua moeda no pós-guerra. Em síntese, essa medida significou o maior calote econômico da história da humanidade. Os EUA decretam a desvalorização do dólar e, baseados no seu poderio político e militar, obrigam o restante do mundo capitalista a aceitar essa medida.

Destarte, a década de 70 faz a sua estréia em um cenário nem um pouco animador. Entretanto, com essa medida, os EUA imaginavam ter debelado a crise. Fato que efetivamente não se concretizou. Ao contrário, o quadro de crise é agravado com os acontecimentos do final do ano de 1973. Em outubro desse ano, em reunião ocorrida na cidade do Cairo e da qual participaram os principais exportadores de petróleo do mundo, foi criada a Organização Mundial dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Além da criação da OPEP, ficou decidido também, nessa reunião, elevar, consideravelmente, o preço do petróleo.

O petróleo, desde o início do século passado, havia se tornado elemento fundamental para o desenvolvimento industrial no mundo, e os principais consumidores não eram os principais detentores dessa riqueza. Nesse período, só a título de exemplo, os Estados Unidos importavam cerca de 50% do petróleo que consumiam; os países da Europa Ocidental, perto de 90%; o Japão, quase 100%. Esses números mostram que a economia mundial teria que passar por mudanças para suportar esse impacto. A criação da OPEP e o aumento no preço desse importante insumo obrigaram os países centrais a reorientar suas economias. Como mostra essa citação de Brum:

Os governos dos países capitalistas centrais (EUA, Europa, Japão...) agiram imediatamente no sentido de ajustar suas economias à nova situação: reorientaram e redimensionaram sua produção econômica e adotaram rigorosas políticas de austeridade, que levaram a economia mundial a um período de recessão (1974-1976). Em decorrência do aumento dos custos, os países ricos elevaram os preços dos produtos industrializados que exportavam. Dessa forma, transferiram para os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento parte do ônus do preço do petróleo importado.

Esse primeiro choque do petróleo foi seguido por um novo aumento dos preços no final da década, mas precisamente, em 1979. Com isso, novos ajustes se faziam necessários e dessa feita eles tiveram um direcionamento bem específico, ou seja, os ajustes não se restringiram mais a medidas externas. As políticas econômicas, dos mais variados países, passaram por ajustes internos. O que significou, em primeira instância, cortes nos orçamentos, atingindo, diretamente, as políticas sociais. Dessa forma, tem início o desmantelamento do estado de bem estar social.

Os anos 80 e 90 marcarão uma nova etapa de desenvolvimento do sistema capitalista. Essa nova etapa conhecida como neoliberalismo, tem como principal meta a retomada do ideário liberal. É preciso que se diga que todo o arcabouço teórico que serve de pilar para essa “nova” investida liberal, assim como a primeiros postulados liberais, está assentado em bases falsas.

Assim como no início do liberalismo, os neoliberais apregoam a diminuição do estado e o seu afastamento das atividades econômicas. Em verdade, o que ocorre é apenas o afastamento do estado das políticas de inclusão social, pois o estado nunca esteve tão presente na economia como nos anos 80 e 90. E fez isso, principalmente, para garantir o desmantelamento do estado de bem estar social e fortalecer as grandes corporações transnacionais, ajudando-as a sair da crise.

As décadas do neoliberalismo, a III revolução industrial e seus desdobramentos, a crise do neoliberalismo e a nova tentativa de retomada da hegemonia norte americana com os atentados de 11 de setembro 1999, serão alguns dos temas que comporão o novo texto a ser apresentado para vocês em breve.